

**Transcrição da Ata da 2ª Reunião Ordinária
Cema da Câmara Temática de Qualidade
Ambiental, realizada on-line, no dia 03 de maio
de 2023, presidida pelo Sr. Paulo Moura.**

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Bom dia a todos. Pedimos desculpas pelo atraso, no início da reunião nós tivemos um problema de informática mas que foi plenamente resolvido, pelo o que estou percebendo.

São 9h12min, nós estamos iniciando a reunião Cema 02/2023 da Câmara Temática de Qualidade Ambiental e o objetivo dessa reunião é iniciar o debate sobre a revisão da Resolução Cema 110/2021. Para essa reunião nós disponibilizamos a todos no convite, na convocação para a reunião, disponibilizamos para todos a versão editável da resolução, a versão editável do anexo. E também incluimos, na convocação, um *briefing* sobre esse processo de revisão que, com poucas palavras, explica o objetivo da resolução, o objetivo da revisão, o porquê da revisão, e colocamos em termos gerais no processo. E, finalmente, elencamos algumas posições que eventualmente podem aflorar nesse processo, apenas como exemplo, para facilitar a participação de todos.

Eu tive uma conversa com a Dra. Edneia, que está presente, é Assessora Jurídica da Sedest, e combinei com a Dra. Edneia que ela faria uma apresentação explanando o contexto no qual surgiu essa resolução, a sua importância para a gestão ambiental no Paraná e os principais desafios e expectativas que podem cercar esse processo da revisão da resolução. Eu combinei que passaria imediatamente a palavra para ela, mas vou consultá-la se é possível fazermos uma rápida apresentação dos presentes para, já em seguida, passar a palavra a ela e, quem sabe, nesse tempo, até permitir que eventualmente alguns outros interessados se agreguem à reunião.

Ana Márcia, por favor.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Só realmente tem que fazer uma chamada nas pessoas que estão para se apresentar para podermos fazer a Ata. É isso.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Ok., Ana Márcia. Obrigado. Pois não, Edneia.

A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin:- Você pode fazer sua apresentação primeiro, apresentar os participantes primeiro, sem problema.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Edneia. Ana Márcia, mais alguma observação? Você está com a mão levantada.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Não, vou abaixar a mão.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Então, vou pedir a todos que se apresentem, declinando o seu nome e a instituição que representam. Isso é suficiente para que tenhamos um controle das presenças aqui. Mas é muito importante para nós que todos acessem o chat aqui embaixo, na tela de baixo dessa reunião tem a palavra chat, que vocês cliquem em cima de chat e escrevam ali o nome, a organização representada e muito importante o e-mail, porque senão nós não poderemos convidar para as próximas reuniões. Então, todos usem o chat.

Eu vou iniciar, só para puxar o carro, meu nome é José Rubel, exerço no momento a função de Secretário Executivo do Conselho e sou funcionário público da Sedest.

Fiquem à vontade para irem se apresentando, por favor.

O Sr. Bruno Rigon:- Olá, bom dia! Eu sou o Bruno Rigon - Presidente da Aprogeo Paraná - Associação dos Geógrafos do Paraná.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Bom dia a todos. Helder Nocko, representando o CREA/PR. E queria deixar a sugestão já, Rubel, de fazermos pela lista de participantes aqui, para facilitar, convocando pela lista de participantes, para o pessoal se apresentar.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Ok. Eu vou nominando, então, o que aparece na tela.

Ana Márcia, por favor.

A Sra. Ana Márcia Altoé Niewegłowski:- Bom dia a todos. Eu sou Ana Márcia, sou bióloga e trabalho aqui no Cema.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Alexandre Gaio, por favor.

O Sr. Alexandre Gaio:- Bom dia a todas e todos. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. José Roberto, por favor.

O Sr. José Roberto Francisco Behrend:- Bom dia a todos. José Roberto, geógrafo, represento a Associação Brasileira de Geógrafos/Regional de Maringá.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Fernando Ramos.

O Sr. Fernando Matsuno Ramos:- Bom dia a todos. Fernando Matsuno Ramos, biólogo, do Conselho Regional de Biologia.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- O Helder já se apresentou. Leonardo Gourdad, por favor.

O Sr. Leonardo Gourdad:- Bom dia a todos. Leonardo Gourdad, da FIEP.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Alana Flemming.

69 A Sra. Alana Flemming:- Bom dia. Alana Flemming, sou da Secretaria de Estado
70 da Saúde do Paraná.

71 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Paulo Moura, por favor.

72 O Sr. Paulo Moura:- Bom dia, Paulo Moura, da Federação das Indústrias.

73 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Secretaria de Meio Ambiente de
74 Araucária, por favor.

75 O Sr. Eduardo Padilha Pinto Júnior:- Bom dia. Eduardo Júnior, SMMA de
76 Araucária.

77 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Sílvia, por favor.

78 A Sra. Maria Sílvia Cebulski:- Maria Sílvia Cebulski, da Secretaria de Meio
79 Ambiente de Londrina.

80 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Jocely Thomazoni.

81 A Sra. Jocely Maria Thomazoni:- Bom dia a todos. Jocely Maria Thomazoni,
82 Cohapar, Engenheira Civil.

83 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Jocely. Antônio Berno.

84 (Pausa). Está sem som. (Pausa). Continua sem som.

85 O Sr. (Não se identificou):- Para facilitar, ele já colocou lá no chat... Bom dia a
86 todos. Antônio Berno, da Sema de Pinhais. Para ajudar o Antônio.

87 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Está registrado, mas, de qualquer forma,
88 o senhor teria que habilitar o seu microfone, por favor. Edneia, por favor.

89 A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin:- Bom dia. Meu nome é Edneia Ribeiro Alkamin,
90 eu sou da Assessoria Jurídica da Sedest.

91 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Edneia. Luds Maraschin.

92 A Sra. Leticia Uba da Silveira Maraschin:- Bom dia. Leticia, Ministério Público.

93 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Cecy Goes, por favor.

94 A Sra. Cecy Thereza Cercal K. de Goes:- Cecy Goes, eu sou da Assessoria Jurídica
95 da Sedest.

96 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Lucas Cavassin.

97 O Sr. Lucas Cavassin:- Bom dia. Me chamo Lucas Cavassin, sou Assessor
98 Jurídico no CAOP Meio Ambiente aqui no Ministério Público do Paraná.

99 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Ronaldo. (Pausa). Está sem
100 microfone. (Pausa). Não estamos ouvindo. Vou passar pra frente e vamos ver se você
101 consegue recuperar o seu microfone. Renan, por favor.

O Sr. Renan Zakaluk de Souza:- Bom dia, aqui é o Renan Zakaluk de Souza, sou Diretor de Licenciamento e Controle Ambiental do IAM - Instituto Ambiental de Maringá.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Podia repetir a organização, por favor, não ficou claro para nós.

O Sr. Renan Zakaluk de Souza:- Instituto Ambiental de Maringá.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Ah, Instituto Ambiental de Maringá. Não esqueça de registrar no chat, Renan. Mirela, por favor. (Pausa). Está sem o microfone. Não conseguimos, acho que caiu a conexão da Mirela. Érica, por favor.

A Sra. Érica da Costa Mielke:- Bom dia, meu nome é Érica Mielke, sou Diretora de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Curitiba.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado. Thayse Ferro. (Pausa). O Ronaldo Siena conseguiu recuperar o microfone? Não. Flávia Quadros, por favor.

A Sra. Flávia Garcia Quadros Hacke:- Bom dia a todos. Meu nome é Flávia Garcia Hacke, eu sou da Secretaria de Meio Ambiente de São José dos Pinhais, aqui é a Coordenação de Descentralização.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Flávia. Lívia, por favor.

A Sra. Lívia:- Bom dia a todos. Meu nome é Lívia, eu sou da Secretaria de Meio Ambiente de Fazenda Rio Grande.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- A Jocely Thomazoni já se apresentou. Marcos Juliano, deve ser o Instituto Ambiental de Maringá.

O Sr. Marcos Juliano da Silva Cruz:- Marcos Juliano, do Instituto Ambiental de Maringá.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Alguém não foi identificado ainda? Eu acho que o Ronaldo Siena não tinha o microfone aberto ainda. (Pausa). Continua. Nós temos aqui ainda a presença do Ney, que é da empresa que vai fazer a transcrição da gravação da reunião, e não chamei ainda o Gabriel Trevisan. (Pausa). Thiago Ferreira? (Pausa).

Muito bem. Repetindo, então, todos os que estão... Ah, sim, por favor, aqui o meu colega de trabalho.

O Sr. Eduardo Cartaxo:- Meu nome é Eduardo Cartaxo, eu sou da Assessoria do gabinete aqui da Sedest.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Eduardo. Então, agora, com a presença do Cartaxo, nós temos aqui completo os presentes, menos aqueles que não conseguiram acionar os seus microfones, mas espero que registrem a presença no chat.

O objetivo dessa reunião então é revisar a Resolução Cema 110/2021. Eu gostaria só de compartilhar com vocês, antes de passar a palavra à Dra. Edneia, que a organização dessa reunião é a seguinte: apresentação inicial da Dra. Edneia, na sequência nós vamos, como nós temos um novo período de gestão de participação, de representantes no Cema, nós vamos submeter à deliberação dos Conselheiros, que fazem parte da Câmara, a escolha de um presidente e de um relator, e aí, já na sequência, vamos passar a condução da reunião ao presidente, esperando que se esclareça a forma com que a participação vai ocorrer ao longo desse processo e iniciando-se as discussões.

Então, com a palavra a Dra. Edneia, para explicar a importância da resolução, o contexto em que ocorre esta revisão e o cuidado que deve-se ter nesse processo de revisão da resolução. Por favor, Dra. Edneia.

A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin:- Bom, novamente bom dia a todos. Só para fazer um breve histórico, depois da Lei Complementar 140/2011, a gente estabeleceu, pela Resolução Cema 088, os critérios para o estabelecimento do licenciamento ambiental dos municípios.

Em 2020, nós começamos uma revisão dessa resolução que foi muito debatida, foi uma construção a várias mãos. No nosso entendimento ela ficou muito, mas muito boa, e ela foi estabelecida em 2021. Nós levamos um ano, quase um ano e meio, para construir a Resolução Cema 110/2021. Por óbvio, que tem o artigo da resolução que estabelece que a cada dois anos deve ser revista ou a qualquer momento.

Então, como ela foi publicada em 11 de maio de 2011 e, paralelo a isso, houve alguns pedidos de revisão de algumas categorias, então é o que está se fazendo essas chamadas para que essa resolução seja revista. Durante esse tempo que essa resolução ficou em vigor e que trabalhamos efetivamente com alguns municípios, por óbvio que percebemos que algumas mudanças, até em termos de redação, deveriam ser feitas. Contudo, eu peço que na hora de se fazer essa leitura novamente que pontos cruciais não podem ser alterados.

O Art. 3º dessa resolução só pode ser remodelado ou melhor esclarecido, só que ele é a base fundamental para que os municípios possam ser descentralizados. Então, eu peço que observem isso, o Art. 3º está muito bem colocado, para nós está bem explicado. Pode ser que no entendimento de outras leituras, de outros municípios, entendam que

deve ser melhorado, mas não pode ser alterado na sua essência, porque é a base da descentralização.

O que eu acho que também deve ser revisto, pelo que eu estou percebendo que as classes estão pedindo, é o anexo. O anexo da resolução pode ser alterado. Contudo, o que eu percebi é que o IAT não está presente hoje nessa reunião, e o IAT, para a resolução, para o anexo, as tipologias, o IAT é fundamental nessa construção de alteração das tipologias da Resolução Cema 110.

Durante esse período todo nós conseguimos fazer com que alguns municípios, fazer não, os municípios se demandaram e conseguiram receber o Certificado Ambiental, entendemos que foi de uma forma muito correta. De acordo com o Art. 3º, essa norma ficou muito bem preparada para que os municípios recebessem o licenciamento, nem todos os municípios estão conseguindo atingir isso, e nem por isso tem que ser mudado. Já temos quase cinco ou seis municípios que conseguiram atingir e que estão já fazendo sua organização, e aí eles também poderão contribuir para mostrar o que dentro do anexo ou dentro da própria resolução poderá ser melhorada.

Então, é nesse sentido que eu trago essa mensagem, que essa norma foi muito bem debatida lá na época, demorou, volto a repetir, mais de um ano para ser editada. E hoje, pela sua revisão, eu só espero que a revisão não tire esse norte do que eu estou colocando dessa questão do embasamento legal que ela tem para que os municípios possam ir se licenciando.

Brevemente, eram essas as minhas palavras. Espero que vocês consigam construir e alterar coisas bem valiosas, e estou aqui também à disposição para qualquer outra dúvida.

Eu agora, no momento, até comentei com o Rubel que eu gostaria de ser a primeira porque eu tenho outro compromisso agora, então eu não vou poder participar dos debates, mas espero que nas próximas eu possa estar presente. Obrigada.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Obrigado, Edneia. Então nós vamos dar prosseguimento a essa reunião com a definição, pelos Conselheiros que compõem a Câmara Temática, da presidência e da relatoria para que os trabalhos possam prosseguir de acordo com o Regimento Interno.

Eu vou explicar a todos que a Câmara Temática é composta por representantes de oito instituições. O IAT que não está presente, aliás a Ivonete justificou que não poderia estar hoje, mas que estará presente, com certeza, a partir da próxima reunião. Então, nós temos o IAT, a Cohapar como titular e a SEDU como suplente, nós temos aqui o Geraldo,

do Paraná Cidade, representando a SEDU, e a Jocely Loyola representando a Cohapar. Então, a Cohapar, a Secretaria da Saúde, está presente a Alana Flemming, a Sedest está presente com a Ana Márcia e o Cartaxo, representando a Sedest; a Mater Natura eu não identifiquei o representante; a FIEP está presente, o Paulo Moura; representando os municípios, está presente a Mirela, de Campo Largo; representando o CREA, está presente o Helder. Então, esses Conselheiros, esses oito, IAT, Cohapar, a Secretaria da Saúde, a Sedest, FIEP, Campo Largo e CREA, que podem deliberar sobre a presidência da Câmara Temática. Até o momento, nesses últimos acho que dois anos, porque eu estou só seis meses no Conselho, o Helder Nocko presidiu essa Câmara Temática. Eventualmente, pode continuar também. Nós tivemos uma renovação de Conselheiros e por isso nós estamos colocando a deliberação dos senhores e das senhoras essa nova decisão sobre a presidência.

Já, em momentos anteriores, uns dias anteriores à reunião, eu fiz uma consulta também ao Paulo Moura, da FIEP, ele exercia a função de relator com grande eficiência, diga-se de passagem, e também perguntei a ele, numa eventualidade, se disporia a assumir a presidência e ele me respondeu afirmativamente. Então, eu aceito voluntários, que coloquem o seu nome para assumir a presidência, por favor.

O Sr. Paulo Moura (FIEP):- Só, então, reforçando, me coloco à disposição para a presidência da Câmara.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Muito bem, pergunto aos membros efetivos da Câmara, que eu acabei de citar, se há alguma manifestação contrária a assunção da presidência pelo Paulo Moura, da FIEP. (Pausa). Então, está bem. Já que não houve nenhuma manifestação contrária, o Paulo Moura passa a exercer a presidência da Câmara Temática nesse processo de revisão da Resolução Cema 110/2021.

A segunda pergunta, para os membros efetivos, pergunto quem se coloca, voluntariamente, para exercer a função de relator da Câmara Temática. (Pausa). Explicando, momentos antes da reunião, a Ana Márcia, representante da Sedest, manifestou a mim à sua disposição em assumir a relatoria. Ana Márcia, confirma essa disposição?

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Eu confirmo, mas eu acho que tem mais pessoas que poderiam assumir, para dividir. Alguém mais?

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Tem que ser um relator.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Eu assumo.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Você assume. Então, pergunto se mais alguém se disporia ou se alguém tem alguma manifestação a fazer com respeito a essa disposição da Ana Márcia? (Pausa). Muito bem. Então, nós vamos ficar da seguinte forma: o Paulo Moura como presidente da Câmara e a Ana Márcia como relatora. E esperamos contar com a colaboração de todos nesse processo, especialmente do Helder Nocko, que teve uma atuação destacada como presidente da Câmara em momentos anteriores e que muito auxiliou na condução desse trabalho. Muito obrigado, Helder.

Antes de passar a palavra para o Paulo, para presidir agora a reunião, eu gostaria de dizer, mais uma vez, que está à disposição de todos o arquivo editável da resolução e do anexo para receber contribuições. Paulo, por favor. Ah, antes disso, Paulo, eu só queria registrar que nós temos quórum. Nós temos aqui Cohapar, SESA, Sedest, FIEP, Campo Lago e CREA, ou seja, nós já atingimos quórum, se eventualmente, fosse necessária uma deliberação da Câmara nesta reunião.

Paulo, com a palavra.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Rubel. É uma honra ser presidente desta Câmara, já participo há uns quatro anos, tive a alegria de ser relator por boa parte desse período, desde à época do Kawano aqui à frente da cadeira da FIEP.

Então, para dar início a essa discussão, eu concordo que, de fato, é fundamental a presença do IAT para discutir os pontos dessa resolução. E chegou uma proposta do Helder de criar uma comissão ou um grupo de trabalho para tratar da revisão dessa resolução, até porque permite que mais especialistas participem, eventualmente, além dos municípios que já estão presentes aqui hoje, algum município que não conseguiu para fazer o relato. Eu concordo com que a Dra. Edneia disse, realmente foi um ano e meio de muito trabalho, acredito que a revisão da antiga Cema 088 foi muito produtiva e são realmente, se tiver alterações, são detalhes de redação. Mas a proposta inicial seria a criação de comissão ou grupo de trabalho. Sr. Rubel, pergunto: quantos grupos de trabalho estão vigentes hoje na CTQA?

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Na CTQA nós temos um grupo de trabalho que é o de Gerenciamento de Áreas Contaminadas. Ana Márcia com a palavra.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Nós estamos já nos finalmentes desse grupo de trabalho, mais uma reunião já finaliza e a proposta vem para a Câmara Temática e depois vai para a Jurídica. A minha pergunta, fora isso, Paulo, eu penso o seguinte: se a gente acredita que, como a Dra. Edneia colocou, que é importante manter o corpo dessa resolução, que é fundamental e já foi discutido, muito bem discutido, e que tem que

discutir muito mais o anexo, será necessário mesmo criar um grupo de trabalho, onde fica uma imensidão de gente participando e de uma gerência muito complicada? Agora, isso tem que ser votado na Câmara, se cria ou não cria um grupo de trabalho. Então, eu tenho dúvidas disso, sabe, se toca pela própria Câmara ou se cria um grupo de trabalho.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Helder.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Bom dia a todos novamente. Defendendo a proposta que eu fiz para o Paulo, de criação desse grupo de trabalho, está no Estatuto do Cema a possibilidade de criação de grupo de trabalho para discussões específicas, e nesse caso considero das resoluções mais importantes da área ambiental do Estado do Paraná; considerando, inclusive, a presença aqui de vários convidados, ou seja, pessoas interessadas no assunto; considerando, então, essa complexidade que eu já citei, eu acho que vale a pena a criação do grupo de trabalho.

Eu não discordo da Dra. Edneia, acho que a resolução foi bem construída, mas eu acho que, em abrindo essa oportunidade de uma revisão, acho que nós temos que escutar todas as partes, com certeza é um assunto que vai gerar bastante debate, já tem gerado, e eu acho que o grupo de trabalho é o espaço mais adequado para que todos tenham possibilidade de se manifestar, trazendo sugestões, críticas, enfim. E essa resolução já foi revisada, inclusive sob a solicitação do Ministério Público, e na época, então, foi um trabalho bastante amplo, não só com membros efetivos da própria Câmara Temática, mas dessa forma com grupo de trabalho, com especialistas; tinham mais pessoas do IAT, mais pessoas da Sedest, tinha o pessoal do Ibama participando, mais presença de municípios. Eu acho que é fundamental essa participação ampla para conseguirmos ter uma resolução que dê, ao mesmo tempo, uma segurança do ponto de vista jurídico, técnico, ambiental, mas que também permita e dê oportunidade aos municípios descentralizarem, de fazerem os licenciamentos, claro, possuindo capacidade para tanto, e também para que consigamos diminuir a demanda sobre o órgão ambiental estadual, para que consigamos dar celeridade aos processos de licenciamento.

Então, só reforço à minha proposta de formação de um grupo de trabalho para discussão da revisão da resolução.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Rubel, eu quero dizer o seguinte: que a resolução não pode diminuir o trabalho do IAT, que o IAT faz aquilo que tem que ser feito legalmente, e isso não pode ser um objetivo do grupo de trabalho, no meu ponto de vista.

302 Outra coisa, que a gente deveria, todo mundo que está aqui hoje já são as pessoas
303 interessadas na discussão do assunto, todas as prefeituras e tudo mais. Ela poderia
304 continuar na Câmara Temática esse grupo de trabalho, na própria Câmara, porque já está
305 todo mundo aqui, gregos e troianos. Então, eu penso que não há problema em continuar
306 a discussão na Câmara, mas eu acho que tem que abrir para uma votação, porque quem
307 vota no final é a Câmara, se aceita ou não aceita. O grupo de trabalho apresenta uma
308 proposta, que não tem essa sistemática de votação, é só uma proposta de inclusão. Então,
309 muita coisa que o grupo de trabalho fizer pode ser revisada pela Câmara, entendeu?,
310 porque é um grupo de trabalho, é mais informal do que a Câmara Temática. A minha
311 sugestão é que continue na Câmara Temática, agora tem que ver a posição de todos aí da
312 Câmara. É isso.

313 O Sr. Presidente Paulo Moura:- Ok. Dr. Alexandre Gaio, por favor.

314 O Sr. Alexandre Gaio:- Bom dia novamente. Quero cumprimentar a Dra. Edneia
315 e dizer que concordo integralmente com as palavras dela. A resolução que nós temos aqui
316 no Estado do Paraná, na minha visão, é a melhor que nós temos no Brasil. Ela tem uma
317 estrutura e uma garantia de segurança para que os municípios somente exerçam essa
318 função de licenciamento ambiental se tiverem totais condições para exercerem essa
319 função. Então, é muito importante que esse início de licenciamento pelos municípios
320 ocorra de modo a contemplar todos os requisitos legais e que ocorra de modo seguro
321 desde o início. Porque se os municípios iniciarem o licenciamento ambiental já com
322 problemas, já perde credibilidade com a sociedade, o processo de descentralização já
323 começa a ser questionado também e não é de interesse do órgão ambiental estadual refazer
324 um trabalho malfeito por um município que não tem condições de exercer o
325 licenciamento. Aí nós temos dois trabalhos, um município que licencia mal e o Estado
326 que vai ter que licenciar de novo algo que está mal licenciado ou que foi judicializado
327 porque foi mal licenciado. Então, o interesse de todos aqui deve ser justamente a higidez
328 do licenciamento, para que o licenciamento somente ocorra pelo município se o município
329 tiver reais condições de fazê-lo. E foi essa a intenção da revisão da Resolução 088/2013
330 que redundou nessa 110. Foi mais de um ano, foram quase dois anos de discussão, de
331 debate, de modo a superar aquelas dificuldades que a resolução de 2013 tinha e, de fato,
332 basta comparar com as resoluções dos outros estados para perceber que a resolução do
333 Paraná é a mais completa e a mais, na minha visão pelo menos, a mais adequada para
334 poder dar essa segurança.

Em relação aos requisitos da Resolução 110, como a Dra. Edneia já mencionou previamente, são requisitos que são legais e que são indispensáveis para que os municípios possam exercer suas funções. Aqueles municípios que não têm condições de, por si só, atenderem todos esses requisitos, a própria resolução já indica o caminho de uma possibilidade de consórcio dos municípios. E nós sabemos que tem vários consórcios sendo formados por municipalidades que têm interesse em assumir licenciamento ambiental. E esse é o caminho para aqueles municípios que são, muitas vezes, pouco estruturados, municípios pequenos e que têm interesse em iniciar esse trabalho, que se consorciem com os outros. E aí me parece que é papel fundamental da Sedest e do IAT de auxiliar esses municípios na formação desses consórcios, na capacitação desses municípios, capacitação dessas equipes, porque, de fato, nós não temos outra alternativa legal naqueles municípios pequenos que tenham interesse em reunir as suas estruturas, especialmente porque as regras, inclusive já declaradas pelos Tribunais de Contas, são muito claras que os servidores precisam ser efetivos e não comissionados para poder exercer função, seja de fiscalização ambiental, seja muito mais ainda de licenciamento.

E, em relação à questão dos anexos, parece-me que a realidade e o dia a dia dos municípios vão demonstrar o que é necessário ajustar, o que é necessário, eventualmente, excluir ou incluir da tipologia de atividades, obras e empreendimentos que constam dos anexos. Então, pelo menos na nossa perspectiva, na perspectiva do Ministério Público, o que se espera, numa eventual revisão como essa, é muito mais uma discussão sobre as tipologias que estão nos anexos, e uma indicação do que os municípios têm acompanhado, presenciado no dia a dia, no seu cotidiano, e que indicam que teriam condições de assumir novas tipologias, ou que teriam, ao contrário, interesse em excluir essas tipologias porque percebem que não têm condições.

Parece-me que o que estamos esperando nessa revisão é muito mais isso do que propriamente uma resolução no texto da resolução. Qualquer alteração no texto da resolução nos causa muita preocupação justamente por esses aspectos que nós mencionamos anteriormente.

Então, o Ministério Público tem, desde 2016, mais precisamente em 2017, a partir da nota técnica que foi emitida sobre a descentralização, acompanhado o tempo todo, integralmente, esse processo. E o Ministério Público pretende continuar acompanhando nessa perspectiva de zelar pela higidez do processo de licenciamento. É algo que é natural, mas é algo que não pode ser atropelado, algo que não pode ser imposto aos municípios, não pode, e, enquanto os municípios não assumem, o órgão ambiental estadual é o órgão

ambiental competente pela legislação, pela Constituição, para continuar tocando os licenciamentos, e têm que se estruturar, continuar se estruturando, para poder exercer e se desincumbir das suas funções.

Então, é só para ponderar isso. E também, na minha visão, entender que, como as alterações devem ser muito pontuais e mais direcionadas à questão do anexo, eu aqui já me manifesto também para que essas discussões fiquem adstritas à Câmara Técnica. Não me parece que seja necessária a criação de grupos de trabalho externos, porque a resolução é muito sólida. Então, parece-me que o que vai ser discutido aqui são ajustes no anexo, no anexo e nas tipologias. É isso.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Dr. Gaio. Mirela? (Pausa). Mirela, está com a mão levantada. Mirela está no mudo. Renan, por favor. (O Sr. Renan começa sua fala, porém com ruídos). Desculpa, Renan, o seu áudio está com um pouco de ruído e um pouco baixo. (O Sr. Renan faz ajustes para melhorar seu áudio).

O Sr. Renan Zakaluk de Souza:- Me escuta melhor agora?

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Sim. Agora sumiu o seu áudio. (Pausa). Sem áudio. Pode falar alguma coisa para testar? (Pausa). De fato, está sem áudio. (Pausa). Continua sem áudio.

O Sr. Renan Zakaluk de Souza:- Me escutam melhor agora?

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Agora sim, agora sim.

O Sr. Renan Zakaluk de Souza:- Então, pessoal, gostaria de agradecer a oportunidade de fazer presença aqui na reunião do Conselho, como (inaudível) dos municípios, mas se tratando dessa situação da revisão, a resolução trouxe bastante melhorias frente à 88, (inaudível) consolidada, muito bom, o Município de Maringá já está descentralizado já faz alguns anos, e solicitou também a delegação (inaudível) ao IAT (inaudível). Mas a revisão do Cema 110, ao nosso ver, e falando aqui em nome da equipe, nós temos algumas dúvidas que poderiam ser esclarecidas com algumas alterações e melhorias no texto, nos anexos, como, por exemplo, a situação da fragmentação do licenciamento, qual é esse entendimento, como se estabelecer, como vai (inaudível) e outros conceitos também que, muitas vezes, nós temos que ficar recorrendo a pareceres jurídicos, a pareceres técnicos, questionamentos ao IAT. Então, esses conceitos que são aplicados para estabelecimento (inaudível) no anexo, seria muito bom se fizesse parte no texto da resolução. Isso evitaria essa recorrente consulta. Nesse ano o instituto, nós já fizemos, salvo engano, mais de dez consultas ao IAT em relação a definições, a conceitos para serem aplicados ao licenciamento ambiental. Eu sei que está

sendo discutido como será o formato, mas queria trazer também essa situação em relação à situação dessa necessidade, pelo menos eu vejo, nós aqui do IAM vemos, de algumas alterações no corpo do texto também da resolução.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Renan. Helder levantou a mão novamente?

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Era só para ressaltar que o grupo de trabalho pode ser composto por todos os membros da Câmara que se interessarem, mas que o grupo de trabalho desse oportunidade maior também aos convidados. E o segundo questionamento eu queria fazer ao Rubel: quais foram as manifestações oficiais, ou seja, que chegaram ao Cema, de solicitação de modificação, de revisão da resolução? Só para entendermos se teve número grande, se foi oficial ou não, se foi conversa, para entender um pouco.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Ok. Então, Helder, nós recebemos um protocolo da Associação dos Geólogos da Região Metropolitana de Curitiba, Maringá, Londrina, são várias, é um conjunto de associações e a minha impressão é que há representantes desse conjunto de associações. Recebemos também um protocolo do Conselho Municipal de Proteção do Meio Ambiente de Maringá, parece-me que é uma organização vinculada à Prefeitura Municipal de Maringá e também interessada em participar e colocando algumas questões. Essas questões foram levantadas, nós, de alguma forma, e com o risco de incorrer impropriedades, nós colocamos naquele *briefing* em que ressaltamos quais seriam as colocações extremas que cercariam essa matéria.

O que eu me lembro são essas duas organizações. Ah, além de que você mesmo, Helder, ligou-me outro dia questionando sobre a revisão da resolução, demonstrando até que você está ligado em toda essa questão das resoluções normativas do Cema, e agradeço mais uma vez essa sua iniciativa. Então, recordo-me das duas associações e da sua lembrança à Secretaria Executiva da necessidade desse processo.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Obrigado, Rubel. O meu questionamento a você é porque eu tinha ciência de que o pessoal das Associações dos Geógrafos, e aí fazendo uma pequena correção...

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Geógrafos.

O Sr. Helder Nocko:- ... tinha feito essa solicitação, então por isso que eu perguntei se já estava tramitando alguma coisa ou não. Não sei, talvez fosse o caso de darmos a oportunidade da gente entender o que veio de proposta, enfim, mas deixo a condição aí para o Paulo do que seria melhor nesse momento, se é definir já a forma que vai ser esse grupo ou não grupo, enfim.

Comentado [w1]: Áudio com ruídos, se puderem, por gentileza, revisarem esse trecho, agradeço.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Helder. Dr. Alexandre.

O Sr. Alexandre Gaio:- Obrigado, Paulo. Nessa ideia do Helder, eu acho que há uma preocupação de envolver mais atores, mais interlocutores, para podermos discutir com mais profundidade os temas aqui que são objetos dessa revisão de resolução. Acho que nada impede que se convide esses outros atores para poderem participar desse grupo aqui que estamos reunindo. Ao invés de montar um grupo, trazer esse pessoal, eventualmente, que está fora e que queira participar, que queira contribuir, trazer aqui para dentro desse grupo.

Agora a minha sugestão aqui, parece-me que já houve recebimento de dois documentos formais, trazendo sugestões ou preocupações, mas há possíveis dúvidas e também contribuições de diversos municípios, especialmente aqueles municípios que já começaram a exercer a função de licenciamento ambiental. Nós recebemos agora há pouco a contribuição de Maringá, deixando claro que, pelo menos pela visão da equipe lá de Maringá, houve dúvida, e tanto houve dúvida que foi necessário consultar ao órgão ambiental estadual para saber qual era a interpretação adequada em relação ao licenciamento ambiental. Então, talvez uma questão, juntando aqui tanto a sugestão do Helder quanto também as intervenções que já foram trazidas, se pudéssemos trazer talvez uma solicitação para todos os municípios que estão participando aqui agora. Eu gostaria de lembrar de chamar o pessoal de Guarapuava que teve uma participação fundamental na revisão da resolução, trazendo também...

O Sr. (Não se identificou):- Estão aí.

O Sr. Alexandre Gaio:- Estão aqui?

O Sr. (Não se identificou):- Tem alguém.

O Sr. Alexandre Gaio:- E quem sabe abrir espaço para que os municípios que já exercem o licenciamento, inclusive esses que recentemente foram habilitados, para que tragam suas dúvidas e eventuais sugestões, formalizem isso, uma listagem de sugestões, de dúvidas, para que possamos ter acesso a isso, de modo prévio, para podermos discutir numa próxima reunião. Porque aí sabemos exatamente quais são, de fato, as questões que estão incomodando, que estão, de alguma forma, trazendo algum tipo de inquietude dos municípios para que essa resolução seja aperfeiçoada. Aproveitando esses dois documentos que já foram levados à Sedest, e dando oportunidade para que os municípios e outras instituições possam trazer eventuais sugestões ou preocupações em relação à resolução, e teríamos um momento de passar por todas essas manifestações, aí discutir o que entra e o que não entra no objeto dessa revisão de resolução.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Ok. Obrigado, Dr. Gaio. Com a palavra, Dr. José Roberto.

O Sr. José Roberto Francisco Behrend:- Mais uma vez, bom dia a todos. Falando um pouquinho, representando os profissionais vinculados à geografia que fizeram essa manifestação, eu gostaria de destacar que as associações profissionais que assinaram o documento representa profissionais que estão tanto do lado de dentro dos órgãos públicos, trabalhando nos municípios e também no Estado, bem como profissionais que estão, digamos, do lado de fora, são consultores ambientais, que intermediam, muitas vezes, esse processo entre o setor público e o setor privado. Pelo menos do ponto de vista da manifestação que foi feita pelas entidades, nada contra a redação do texto da resolução, mas, sim, de fato, com algumas questões pontuais do anexo que acabam dificultando o dia a dia.

Então, talvez dois encaminhamentos, até porque como estamos falando de uma Câmara e de um Conselho que tem representação do ponto de vista dos profissionais, nós temos, através do Helder, que é a representação oficial do Sistema Confea/CREA pelo qual as associações da geografia estão inseridas, e os profissionais que também fazem parte da associação, que são vinculados aos municípios, também tem uma representação a nível municipal. Então, talvez, se essas duas entidades trouxessem esses pontos de vista. Mas o que gostaríamos era, de fato, e principalmente dos profissionais que estão dentro dos municípios já licenciando, para que eles fossem ouvidos, porque as decisões que foram tomadas, por mais que houve avanços, o dia a dia do trabalho dos servidores municipais é uma realidade. Eu acho que tem que ser ouvido, porque muitas vezes, sejam os consultores ou os servidores municipais, como a base dessa resolução, eu concordo com o que já foi dito anteriormente, que não é diminuir ou não o trabalho do órgão estadual, mas, sim, definir o que é impacto local. E muitas vezes todos têm dificuldade de passar para a sociedade o porquê que tal atividade foi definida como impacto local ou que foi definida como impacto regional. Então, a nossa manifestação nesse início de discussão é que caso não fosse criada essa comissão maior, mas que essas duas representações, sejam dos municípios e dos conselhos profissionais, tivessem uma grande atenção nessa modificação.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, José Roberto.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Paulo, só para concordar com a proposta do Dr. Alexandre Gaio. Acho que é possível fazermos aqui dentro da Câmara também, com esse convite, por exemplo, o José Roberto falou agora da Associação dos Geógrafos que trouxe

oficialmente já sugestões aos municípios, como o próprio Dr. Alexandre falou, acho que é possível também conduzir dessa forma. Então, eu retiro a minha proposta para fazermos essa condução direto pela Câmara.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Obrigado, Helder. O Alexandre e o próprio José Roberto estão com a mão levantada, Dr. Gaio e José Roberto, mais alguma contribuição? (Não). Perfeito.

Então, acredito que o objetivo principal de hoje é realmente estabelecer a metodologia de trabalho. Como a discussão encaminhou, a discussão permanece na Câmara Técnica, com a indicação de alguns especialistas para apoiar na revisão dessa resolução.

A minha sugestão, não sei se o Helder e a Mirela concordam, especialmente os dois, é que cada representante do CTQA formalize as indicações, via CREA, só para termos uma organização um pouco maior dos convidados e tudo mais, dos especialistas. Claro, que quem está aqui hoje possivelmente já participe, mas, Mirela, se possível organizar pelos municípios os especialista e, Helder, os especialistas do CREA e das associações setoriais. Tudo bem?

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Perfeito, Paulo.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- E aí estabelecer um prazo, hoje é dia 3, até dia 10 para envio ao Rubel, como Secretaria Executiva, só para termos uma ideia de quem participa e também ser um pouquinho mais organizada essa discussão. Isso, claro, provoquei o Helder e a Mirela, mas isso serviria para todos os membros do CTQA.

A Sra. Mirela Jacomasso Medeiros:- Oi, Paulo, é Mirela. Agora estou conseguindo usar o microfone, desculpe nas últimas duas interrupções que eu fiz, mas é justamente para isso, para me colocar à disposição também para chamar os municípios que já licenciam, através da cadeira da Prefeitura de Campo Largo, no CTQA, e também no Cema, para que esses municípios tragam as contribuições e que possamos discutir em conjunto. Campo Largo participa do Conselho Estadual e participa aqui dessa Câmara Temática, mas...

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Desculpa, travou Mirela.

A Sra. Mirela Jacomasso Medeiros:- Precisa repetir tudo, Paulo?

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Oi, faz uns dez segundos que travou.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Travou quando você falou que participa da Câmara e do Conselho, mas... e aí travou.

A Sra. Mirela Jacomasso Medeiros:- Isso, eu vou desligar o vídeo para ver se fica melhor. Nós participamos do Conselho e da Câmara Temática, mas Campo Largo não licencia efetivamente. Então, nada mais do que justo do que os municípios que fazem o licenciamento, de forma descentralizada, que tragam as suas contribuições. Então, coloco-me à disposição realmente para que os municípios me procurem e procurem o Helder também, para que façamos a integração deles aqui nessas reuniões, sem a necessidade da criação de um grupo de trabalho.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Obrigado, Mirela. Rubel.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- É o seguinte: você fez uma menção de um prazo, citando a Secretaria Executiva, eu não entendi direito. Poderia repetir, por favor?

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perdão. Eu só pedi para os membros do CTQA enviarem à Secretaria Executiva, num prazo de uma semana, até o dia 10, os membros que participarão desta discussão aqui na Câmara Temática. Só para facilitar o envio dos convites e tudo mais.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Então você está propondo até o dia 10 de maio que os integrantes desses conjuntos de interesse, são os municípios, ou sejam, aqueles associados ao CREA, que são os geógrafos, então que essas associações de interesse consolide as suas propostas para enviarem à Secretaria Executiva. E gostaria de complementar dizendo que, todos os municípios habilitados até o momento, a relação deles está no documento mandado em anexo ao e-mail, mas também pode ser consultado na página do Conselho, todos eles foram convidados. E no e-mail aparece o endereço de e-mail de cada representante dos municípios, então facilita esse contato entre os senhores.

E, finalmente, dizer que estendemos, e acreditamos que o Conselho deve acolher essa participação plural, então o convite foi estendido aos municípios, àqueles que manifestarem interesse; e nós convidamos também o Ministério Público e convidamos o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e representante também da Comec, que agora é a Agência Metropolitana. E que essa Câmara Temática pode realmente acolher todas essas participações, no entanto, lembrando que na Câmara Temática as deliberações são restritas aos membros efetivos da Câmara, quando se toma deliberações; ao passo que, em grupos de trabalho, são abertas e acolhe posições divergentes; na Câmara Temática as posições são consensuais e votadas apenas pelos membros efetivos, mas aberta à participação de todos colocarem suas opiniões. Obrigado.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado. Então, para reforçar, dia 10 de maio, o envio dos nomes de quem comporá provisoriamente a Câmara Temática para revisão da Resolução 110. Alguma contribuição? Por favor, Rubel.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- O meu colega, o Cartaxo, gostaria de fazer uma colocação.

O Sr. Eduardo Cartaxo:- Bom dia a todos. Para fazermos um bom início de trabalho, seria basear em um bom diagnóstico da situação. Pelo o que nós estamos vendo, nós estamos discutindo sobre a capacidade dos municípios em fazer as certificações ambientais, então nós já temos oito municípios que são certificados, nós devemos ter alguns municípios que estão em processo de certificação, nós podemos ter municípios que estão com certificação negada e também nós podemos ter municípios que não têm interesse em assinar a certificação. Talvez fosse interessante levantar os principais obstáculos enfrentados por eles e, a partir daí, começarmos a discutir de uma forma mais concreta, e não em tese, o que está acontecendo para podermos fazer uma análise mais pé no chão. Porque o processo, como a Dra. Edneia comentou, tem uma base, um arcabouço muito bom, e o Dr. Gaio também comentou que é um dos mais modernos, então estamos na fase de ajustes e melhorias e não na fase de criações.

Então, eu acho que seria interessante consolidarmos pelo menos o que está funcionando e, a partir daí, vermos quais são as melhorias que podemos fazer. E aí por isso seria interessante realmente convocar esses municípios que estão em processo, os que já se certificaram assim como os que estão em processo de certificação. Existem também, o Dr. Gaio comentou, da possibilidade de formação de consórcio entre os municípios menores, nós temos mais de duzentos municípios com menos de vinte mil habitantes, que não devem ter uma estrutura mínima necessária para atender os requisitos especificados lá no Art. 2º, no Art. 3º, da resolução. Então esse é um ponto para trazermos para dentro, de uma forma que seja coerente com o regramento e que atenda as exigências do IAT, e possa desafogar um pouco o IAT, mas não tire a responsabilidade do Estado em realizar um trabalho de qualidade.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Obrigado, Sr. Cartaxo. Ana Márcia, por favor.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- Bom dia! Com relação aos municípios que pediram e não foram atendidos, sempre, todos os processos são respondidos pela Assessoria Jurídica, que faz um parecer jurídico muito bem fundamentado, indicando ao município: “Oh, faltou isso, faltou aquilo, faltou aquilo outro. Ah tem conselho, mas não

é paritário.” São vários itens de lei federal, inclusive. Então, os municípios atendem a situação. Ponta Grossa, por exemplo, “você têm que modificar a norma do conselho de vocês”. Isso tudo é indicado.

Então, no caso, Cartaxo, não tem muito o que mexer no corpo da resolução. Talvez esclarecer uma coisa ou outra, mas sempre o parecer jurídico fundamenta o município. Se ele não acertou na primeira, quando ele protocolou, não mandou tudo, não deu certo: “Oh, está faltando isso, está faltando aquilo.” Ele tem a chance de completar o processo. Quem não completou é porque, ou não sabe o que fazer, porque talvez fosse o caso, como tinha antigamente o Paulino atendendo os municípios e ajudando-os a montar a documentação, ou realmente o município não quer porque vai mudar muito a estrutura jurídica de gente no próprio município. Então, às vezes, demora, é um vai e vem, um vai e vem, um vai e vem, mas é por causa do devido processo legal, porque é sempre assim. Então, só para esclarecer que ninguém nega a certificação, sempre com parecer: “Oh, faltou os funcionários capacitados.” Aí manda tudo. Quando completou, completou! Vai pra frente, vai para o IAT, o IAT faz a vistoria, emite um parecer dizendo que está tudo certo ou não está tudo certo, e aí a gente toca pra frente e certifica. O processo seria muito rápido se fosse atendido tudo de primeira, mas é um processo de vai e vem, mas tem que ser assim, até para poder compreender a dimensão do trabalho que está sendo assumido pelo município.

Então, eu defendo o processo atual porque eu ajudei na gestão do Cema anterior e até agora, e tenho trabalhado com a Dra. Cecy e a Dra. Edneia, e vejo que é tudo muito bem cuidado, sabe? Então, não tem muito o que abrir essa resolução, ela é o que ela é. No máximo, no máximo, que eu acho que tem que ser revisto mesmo, são os anexos. E essa definição do que é impacto local é uma coisa muito subjetiva e que tem que ser mais apurado. Só isso que eu tinha a dizer.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Ana Márcia. Helder.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Queria concordar com a fala do Cartaxo, acho que é bem importante esse diagnóstico e sem demérito ao próprio Cema e à Assessoria Jurídica. Acho que fazem um trabalho excelente e fazem essa avaliação de forma correta e seguindo a resolução. É mais para entendermos mesmo quais os principais motivos de que os municípios acabam ou tendo dificuldades ou falhando já dentro do processo. Acho que se for possível, dentro da Secretaria Executiva do Cema, termos algo a mais sobre isso, alguma informação a mais, acho que sempre ajuda a embasar aqui o processo.

A Sra. Ana Márcia Altoé Niewegłowski:- Só pegarmos o parecer jurídico.

639 O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Helder. Flávia, por favor.

640 A Sra. Flávia Garcia Quadros Hacke:- Eu estou com uma dúvida, na verdade a
641 respeito da questão dos convites para os municípios já descentralizados. Se vocês vão
642 fazer um levantamento dos municípios que ainda não estão, que estão pedindo, que foram
643 negados, ou vocês já vão mandar esse convite pra gente, já está descentralizado, para já
644 participar das reuniões da Câmara? Porque o licenciamento está acontecendo, estamos
645 licenciando, estamos fazendo, temos dificuldades no dia a dia, como o José Roberto bem
646 falou, que cada município já licenciando, os técnicos têm dificuldade todos os dias com
647 relação às tipologias que foram delimitadas pelo licenciamento. Então, queria saber se
648 esse convite vai chegar para nós por e-mail, porque a Mirela comentou que deveríamos
649 procurá-la ou, não sei como vai funcionar, vocês vão mandar o convite para quem está
650 aqui na reunião. Vocês poderiam esclarecer essa dúvida?

651 O Sr. Presidente Paulo Moura:- Rubel, está com a mão levantada.

652 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Na verdade é o Cartaxo.

653 O Sr. Eduardo Cartaxo:- Só complementando, reiterando o que a Ana Márcia
654 comentou. O objetivo do diagnóstico também não é só verificar a resolução. O
655 diagnóstico também é importante para vermos as dificuldades que os municípios estão
656 tendo para vermos se eles precisam de algum tipo de suporte, e que talvez o nosso trabalho
657 também possa, não flexibilizando nada aqui dentro da resolução, entender melhor a
658 situação para poder desenvolver talvez alguma estratégia junto a alguns municípios que
659 têm interesse, mas estão tendo muita dificuldade com essa preparação de documentação.
660 E aí podemos entender melhor a dificuldade deles e pensar em alguma forma de tornar
661 isso um pouco mais prático para a vida deles, talvez até na formação desses consórcios
662 ou alguma coisa assim para ajudá-los. Isso é interessante porque adia o processo, porque
663 isso vai tornar um pouco mais fluido no processo, e não ficar concentrando tudo no IAT.
664 Mas não é necessário, não é obrigatório, que todos os municípios sejam certificados, mas
665 é importante pelo menos identificarmos alguma oportunidade junto às dificuldades deles
666 para podermos propor também melhorias.

667 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Ok. Obrigado, Cartaxo. Eu gostaria de
668 aproveitar a mão levantada aqui na nossa tela e complementar, dizendo o seguinte: em
669 primeiro lugar, se nós levantarmos as dificuldades dos municípios que alguns
670 pretendiam aderir e obter essa habilitação, outros nem ainda se manifestaram, nós temos
671 um conjunto aberto absolutamente imenso de possibilidades. Eu acho que não é lógico,
672 não é racional fazer isso. O racional é trabalhar com aqueles que obtiveram e, aqueles que

673 não obtiveram o que pretendiam, ou nem sequer pretendiam a habilitação, é porque não
674 atenderam o que está muito claro no texto da resolução. Tem que ter o conselho, o
675 conselho tem que estar funcionando, o conselho tem que ser paritário - eu estou citando
676 alguns exemplos apenas - o conselho tem que ser paritário, tem que ter servidor público
677 atuando, efetivamente nomeado na função de gestão ambiental, tem que ter a
678 infraestrutura física da Secretaria de Meio Ambiente. Então, são itens muito claros e
679 definidos de forma bastante precisa pela resolução. Então, se não atenderam é porque não
680 conseguiram realmente chegar nesse nível de atendimento. Nós tivemos já processos, a
681 Ana Márcia citou Ponta Grossa, por exemplo, que está há muito tempo buscando a
682 habilitação, mas não consegue atender esses itens que são itens fundamentais.

683 Finalmente sobre o processo de apoio aos municípios, a resolução também é
684 bastante clara. Ela estabelece que o IAT promoverá a habilitação, treinamento do pessoal
685 dos municípios regularmente, ou quando solicitado. Então, isso está bem esclarecido na
686 resolução. Seriam essas as minhas colocações. Obrigado.

687 O Sr. Presidente Paulo Moura:- Rubel, por favor, só responda a pergunta da
688 Flávia. É a respeito do convite aos municípios. A Secretaria Executiva fará o convite para
689 todos os presentes hoje, é isso?

690 O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- A Secretaria já fez o convite para todos
691 os municípios que receberam a habilitação, todos os membros da Câmara Temática e
692 aqueles que protocolarem interesse em participar; os geógrafos e o Instituto de Maringá,
693 e algumas instituições como o Ministério Público, que são relevantes para esse processo,
694 extremamente relevante o Ministério Público; também a Comec, como eu já citei, a ex-
695 Comec, a Agência Metropolitana; e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mas as
696 reuniões do conselho são abertas à participação do público. Então, já está convidado e
697 todos têm acesso a lista de e-mail. Os municípios que quiserem podem ir na relação de e-
698 mails, e achei muito positiva a proposição da Mirela de, quem sabe, auxiliar, conduzir
699 esse processo, quem sabe todos pudessem encaminhar uma mensagem para a Mirela, e
700 vão receber também, na sequência, o arquivo do chat dessa reunião em que está o nome
701 de todos e o e-mail, e se organizarem para terem posições comuns.

702 O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Obrigado, Rubel. Em resumo, Flávia,
703 fica tranquila, vai receber sim o convite para as próximas reuniões. Só a sugestão
704 realmente que entre em contato com a Mirela. Dr. Alexandre Gaio, por favor.

705 A Sra. Flávia Garcia Quadros Hacke:- Eu pedi só para a Mirela colocar o e-mail
706 dela ali para a gente entrar em contato, no chat. Está bom? Obrigada.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Obrigado. Dr. Gaio.

O Sr. Alexandre Gaio:- Obrigado, Paulo. Só quero fazer mais uma sugestão aqui, vou ter que me ausentar agora, que me parece que são situações bem distintas. Há necessidade de auxílio, suporte e capacitação para os municípios que já iniciaram o licenciamento ambiental descentralizado, isso é algo previsto na própria resolução e precisa ter um atendimento paralelo à revisão. Aí o Ministério Público inclusive se coloca à disposição para participar desse processo de auxílio, de capacitação, e acho que isso precisa ter aí, sim, um grupo de trabalho permanente interinstitucional de auxílio para esses municípios, para tirar as dúvidas, para poder esclarecer, para orientar, para poder buscar caminhos de aperfeiçoamento nos seus trabalhos de licenciamento municipal. Esse é um tema, é uma questão que não me parece que é objeto daqui do nosso objetivo, do nosso propósito de revisão na resolução. É o de capacitação, de auxílio, de cuidado. Então, acho que seria muito importante separarmos as coisas.

Esses municípios que precisam de auxílio, vamos então montar um grupo para poder discutir com esses municípios quais são as dúvidas, quais são as questões e prestar esse suporte para eles.

Em relação à revisão da resolução, aí, sim, acho que depende especialmente dos municípios que já estão licenciando no formato de descentralização, que eles indiquem quais são as sugestões e dificuldades por conta do anexo, especialmente do anexo da resolução, o que está errado ali, o que precisa ser ajustado, para viabilizar um adequado licenciamento. E aí, sim, focarmos nisso. Temos que ser assertivos e objetivos, porque senão vamos começar a tratar de temas aqui que não são objetos da revisão da resolução; são outros.

Então, a minha sugestão, seria a seguinte: temos oito municípios que estão licenciando no formato de descentralização, correto? Que a Sedest ou essa Câmara expeça um ofício para esses oito municípios, perguntando se tem alguma sugestão de revisão da resolução, especialmente do seu anexo, e o porquê, e a justificativa do porquê, independente do trabalho de suporte, de auxílio, de esclarecimento, de adequada interpretação, que isso é uma coisa separada, é algo que não faz parte da revisão. Eu acho que daí, sim, teríamos esse diagnóstico do que precisamos discutir nessa Câmara para eventual alteração, aperfeiçoamento da resolução e do seu anexo. Eu focaria mais nisso, lógico, sem prejuízo da participação e das sugestões das associações e outras instituições que tenham também conhecimento e, de alguma forma, estão aplicando na prática nesses

municípios que estão licenciando nos municípios, estão aplicando a resolução na prática que possam trazer sugestões também.

Então, seria um ofício para os oito municípios, deixando aberto para as outras instituições para também fazerem sugestões, mas específicas sobre o objeto que estamos tratando aqui, porque a previsão é de revisão da resolução a cada dois anos, com esse intuito. E aí a minha sugestão é que a própria Câmara proponha, talvez de modo paralelo a isso, um grupo para poder atender esses oito municípios e vermos quais são as questões, as problemáticas e tal, para ajudarmos os municípios que estão trabalhando nisso.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Obrigado, Dr. Alexandre. Rubel.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Eu queria concordar com a posição do Dr. Alexandre sobre a consulta aos municípios já habilitados. Apenas proporia, para facilitar e reduzir burocracia, que esses municípios que já estão presentes aqui na reunião, que eles então consolidassem as suas aspirações e as suas dificuldades, em contato com a Mirela, de Campo Largo, que já se propôs a fazer esse papel de congraçamento entre eles, e que apresentassem ao relator essa posição deles com relação às dificuldades que estão enfrentando. Porque aí, ao invés de nós fazermos um ofício, mais uma burocracia no processo, partiria imediatamente para a manifestação deles, através de um documento consolidado pela Mirela.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- De acordo, Mirela?

A Sra. Mirela Jacomasso Medeiros:- Paulo, de acordo. Eu deixei ali no chat o meu (inaudível) e eu repasso isso para a Câmara Temática.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Não tem mais ninguém com a mão levantada, então podemos... Pois não.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Só para deixar também meu nome à disposição, se alguém quiser receber o convite, enfim, como representante do CREA, então profissionais vinculados ao Sistema Confea/CREA que quiserem também fazer contato, independente de município ou não, enfim, também fico à disposição e vou colocar meus contatos ali no chat.

O Sr. Presidente Paulo Moura- Perfeito. Obrigado, Helder. Então não tendo novas manifestações, vamos para os encaminhamentos finais de hoje. A primeira questão é a data da próxima reunião. A minha proposição é 31 de maio, sei que está um pouco longe, mas dará tempo para os municípios, eventualmente também o CREA, formalizarem um documento conjunto, não sei se todos estão de acordo? Também eu estarei de férias de

15 a 26, então é conveniente que seja dia 31 para mim. Todos estão de acordo com essa data?

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Perfeito.

O Sr. Helder Rafael Nocko:- Ok. Só uma sugestão. Acho que não precisa termos documentos tão padronizados já, que venham da gente aqui no CREA receber todas as contribuições. Acho que vamos ter um diálogo aberto, então quem já tiver as sugestões, como a Associação de Geógrafos já tinha uma sugestão, já vai enviar, e quem mais tiver sugestões já podem também enviar, como o Dr. Alexandre destacou, para entendermos exatamente quais são as possíveis sugestões, dúvidas, críticas, enfim, esclarecimentos necessários para discussão.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Só reforçando que a revisão é fato, o foco da revisão são os anexos, mas caso alguém possua alguma contribuição no corpo, como foi mencionado pelo colega do Instituto Ambiental de Maringá, pode fazer também, daí na Câmara avaliamos se é pertinente ou não, sempre lembrando, para manter o espírito da Resolução 110. Rubel.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Apenas lembrando que essas contribuições devem ser encaminhadas para a relatora Ana Márcia, o e-mail dela está no chat, e devem ser encaminhadas com antecedência. Eu imagino uma antecedência de pelo menos uma semana antes da próxima reunião, para que seja possível consolidar, quem sabe não seja nem questão de redação, mas copiar os arquivos num único documento para que sejam disponibilizados a todos com antecedência da próxima reunião, para que todos possam refletir sobre as contribuições que vieram e possam se pronunciar sobre elas.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito, Rubel. Obrigado. Então, por hoje, finalizamos esse fim de pauta. Para a próxima reunião começamos a discutir já o mérito da resolução, nessa fomos felizes em já estabelecer a metodologia, então já sabemos o caminho que vamos seguir. Rubel, acredito que hoje não tenha mais nenhum item de pauta, algum aviso ou informes gerais?

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Não.

O Sr. Presidente Paulo Moura:- Perfeito. Então, dessa forma, eu gostaria de agradecer a todos e passo a palavra ao Rubel para as considerações finais da Secretaria.

O Sr. Secretário Executivo (José Rubel):- Muito bem. Eu quero agradecer então a presença de todos, fundamental a participação efetiva, a nossa esperança é que as contribuições sejam bastante objetivas, bastante claras para facilitar a condução dos

Ata da 2ª Reunião Ordinária Cema da Câmara Temática de Qualidade Ambiental, realizada no dia 03 de maio de 2023.

25

806 trabalhos e possamos convergir com eficiência para a conclusão desse trabalho. Muito
807 obrigado. (Está encerrada a reunião).